



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DISCIPLINA: ATELIÊ DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VI**

TARDELLY RAFAEL MOURA DE SOUTO

**ANÁLISE DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)
COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: o caso bem sucedido do Centro de
Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã (CEPAC) de Macaíba/RN**

**NATAL
2012**

TARDELLY RAFAEL MOURA DE SOUTO

**ANÁLISE DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)
COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: o caso bem sucedido do Centro de
Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã (CEPAC) de Macaíba/RN**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Gestão de Políticas Públicas.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joana Tereza
Vaz de Moura.**

**NATAL
2012**

TARDELLY RAFAEL MOURA DE SOUTO

**ANÁLISE DO PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)
COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE
UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA: o caso bem sucedido do Centro de
Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã (CEPAC) de Macaíba/RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao corpo docente do Curso Superior de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Artigo aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Joana Tereza Vaz de Moura
(UFRN/CCHLA/DPP)
Presidente

Prof. Dr. Fernando Bastos Costa
(UFRN/CCHLA/DPP)
Examinadora Interna

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4	
2	METODOLOGIA	6	
3	OBJETIVOS	7	
	3.1 OBJETIVO GERAL		7
	3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....		7
1	REFERENCIAL TEÓRICO	8	
4.1	DESENVOLVIMENTO RURAL	8	
4.2	COMUNIDADE QUILOMBOLA.....	12	
4.3	CONTEXTO HISTÓRICO DAS ONGS	13	
4.4	ASPECTOS GERAIS DE UMA ONG	15	
4.5	A ONG CEPAC	18	
4.6	APOIO DA ONG À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	22	
4.7	REALIDADE DA COMUNIDADE DE CAPOEIRAS-MACAÍBA/ RN	24	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25	
	REFERÊNCIAS	27	

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem vivenciado, ao longo das últimas décadas, profundas transformações sociais. É bem verdade que grandes avanços aconteceram, mas ainda há um grande caminho a ser percorrido para que o Brasil, detentor de uma economia que figura entre as maiores do mundo, seja tido como um país justo e igualitário, com condições de vida digna para todos. Percebe-se ainda, por exemplo, a fragilidade do meio rural, principalmente das pessoas que dependem da agricultura familiar.

O nome agricultura familiar tem ganhado novos espaços na sociologia rural, muito embora se trate de uma categoria ampla e antiga, denominada por outros nomes como: lavrador, camponês, pequeno produtor (ECHENIQUE *apud* HOMEM DE MELO, 1999). Obedecendo a própria evolução do contexto histórico social, o governo federal, a partir dos anos 90, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que proporcionou a formulação de políticas públicas específicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apoiada em programas de interpretação de agências multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial.

A preocupação dos órgãos de fomento internacionais e nacionais, assim como da sociedade civil em fortalecer e desenvolver, de forma sustentável, a agricultura familiar é ocasionada pela sua importância para o meio rural brasileiro. A agricultura familiar favorece o emprego e a diversificação das culturas, além de implantar em seus cultivos técnicas que fazem pouco uso de produtos químicos industrializados, preservando o material genético dos grãos, frutas, verduras e legumes e está associada diretamente a uma melhoria na qualidade de vida do homem do campo. Além de contribuir para uma melhor distribuição da população no território nacional.

O desenvolvimento rural é necessário na medida em que se busca melhorar as práticas e a qualidade de vida das pessoas que vivem nesse meio. Logo porque, dessas pessoas dependem muitas outras que vivem nos grandes centros urbanos. Segundo o relatório de Brundtland (1987), desenvolvimento sustentável é: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Nesse contexto de preocupação com o fortalecimento do meio rural, encontram-se as comunidades quilombolas, que a exemplo das demais comunidades rurais espalhadas pelo país, necessitam de políticas públicas específicas e, quem sabe, até mais urgentes, uma vez que existe a tentativa de manter suas tradições, sua cultura e seus conhecimentos.

Segundo o governo federal, existem aproximadamente 60 comunidades quilombolas no Estado do RN das quais apenas 20 se reconhecem como tal. Esse grupo étnico é caracterizado pela sua relação com a terra e o território a qual está inserido, somadas a ancestralidade de suas práticas culturais, a comunidade tem que se reconhecer como quilombola para que possa desfrutar dos projetos e programas elaborados especificamente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Autores como Benjamim (2004) e Boulos Júnior (2001), relatam os quilombos como sendo lugares de difícil acesso, onde os negros refugiavam-se de seus donos. Mas, também era um local onde era possível manifestar sua cultura, religião, dialetos, danças etc. De forma livre, com isso, formava-se um espaço de produção cultural.

Tendo em vista a urgência de formular políticas que surtam efeitos duradouros, é necessária a análise de programas que deram certo, para que outras comunidades possam desfrutar do conhecimento obtido na relação entre a sociedade organizada e o Estado.

A ONG CEPAC foi escolhida como objeto de estudo deste trabalho por chamar atenção com seu caso bem sucedido de desenvolvimento rural, já que apoiou de forma exitosa o surgimento da comunidade quilombola junto ao MDA e sua organização com a criação da cooperativa de beneficiamento.

Outros programas governamentais, que não contaram com a ajuda da ONG, não surtiram o efeito esperado nas comunidades próximas a Capoeira, localizada na zona rural de Macaíba/ RN.

O conhecimento prévio sobre a região, seu povo, seus costumes, sua economia, geografia local, bem como de suas necessidades urgentes foram fatores decisivos na escolha da comunidade de Capoeira como fonte de estudo deste trabalho. Este estudo pretende despertar a curiosidade de se trabalhar sobre novas perspectivas a importância de se organizar enquanto sociedade bem como a importância dessas minorias étnicas na região.

A um gestor é indispensável à compreensão e análise das articulações das organizações não governamentais com o Estado brasileiro e a maneira como elas se

organizam para debaterem e participarem das formulações das agendas de governo, neste caso, notadamente no que se refere ao desenvolvimento rural.

Observar a relação ONGS/Estado torna-se importante na medida em que essas entidades estão, por um lado, cada vez mais envolvidas na formulação de políticas públicas e, por outro, são vistas como assumindo as responsabilidades sociais que o Estado estaria abandonando (DAGNINO; TEIXEIRA, 2000).

2 METODOLOGIA

Este é um trabalho qualitativo onde buscamos perceber a atuação da ONG CEPAC para o desenvolvimento rural a partir da comunidade quilombola de Capoeiras. Para tanto, fizemos entrevistas com o corpo técnico da organização (presidente, vice-presidente, tesoureiro, técnico agrícola, motorista) e com pessoas da comunidade, beneficiadas pelas atividades da organização, bem como com pessoas de comunidades vizinhas que conhecem o trabalho da casa de beneficiamento de farinha e seus derivados.

Para constatar a importância do trabalho desenvolvido pela CEPAC, foi visitado um de seus programas assistencialistas de apoio a pessoas e comunidades que se encontram em área de vulnerabilidade social e que precisam mudar a realidade através de ações reais. O local escolhido foi uma comunidade quilombola rural chamada de Capoeiras, localizada no Município de Macaíba distante 20 km do centro, onde moram aproximadamente 335 famílias que sobrevivem principalmente das atividades agrícolas.

Para realizar as entrevistas foram necessárias visitas presenciais com algumas perguntas pré-definidas e outras a se desenvolver de acordo com o alargamento do tema, conversa com pessoas da ONG, Cooperativa, trabalhadores beneficiados, pessoas de comunidades próximas onde o modelo de casa de farinha comunitária não teve êxito.

Ao todo foram realizadas cinco visitas, uma na comunidade de Capoeiras onde se localiza a Cooperativa de beneficiamento onde tive a oportunidade de conversar com cinco pessoas que discorreram de forma muito humilde e descontraída sobre a importância daquela organização para que se fosse possível

produzir e comercializar seus produtos, uma visita em uma comunidade próxima chamada de Mata Verde onde tive a oportunidade de conversar com três pessoas, nessa localidade o modelo comunitário não deu certo por diversos fatores dentre eles pude perceber a falta de um líder e principalmente de um técnico agrícola que orientasse sobre as técnicas de manejo dentre outras atividades, visitei a comunidade de Cajazeiras onde conversei com mais duas pessoas sobre os modelos privados de beneficiamento de mandioca e duas visitas na feira da economia solidária de Macaíba onde presenciei a venda dos produtos e conversei com o pessoal da CEPAC.

As entrevistas se fizeram necessária para que fosse possível perceber seu grau de importância, confirmando a tese de que o trabalho desenvolvido pela ONG juntamente com a cooperativa veio a ajudar de forma respeitável aquela comunidade.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel de uma ONG para o desenvolvimento rural de uma comunidade rural quilombola.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a estrutura e organização interna da ONG CEPAC
- Verificar como a ONG participou e/ou participa da elaboração de políticas para a comunidade rural.
- Entender a percepção da comunidade rural quilombola sobre o trabalho da ONG em questão.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Ao analisar os textos percorridos por alguns autores relacionados à questão rural no Brasil, percebe-se a união, quase que indissolúvel, do desenvolvimento rural a questão da sustentabilidade e suas vertentes. Crítica ao modelo de exploração que faz a agricultura extremamente competitiva e, por consequência, não atende às leis ambientais, trabalhistas e sociais. Ferindo de forma predatória, inconsequente e irreversível o solo. Gerando lucros exorbitantes aos grandes produtores e marginalizando o homem do campo que não pode oferecer concorrência e nem tirar da terra seu sustento.

O conceito de desenvolvimento rural está ligado a fatores como participação democrática, eficiência econômica, qualidade ambiental, sustentabilidade, responsabilidade cívica, equidade social, esses processos sociais servem para dar uma melhor qualidade de vida às pessoas que residem no campo em resposta ao modelo de crescimento econômico que visa apenas a acumulação dos lucros deixando de lado não apenas a qualidade de vida das pessoas que moram na região mas, também a perda de patrimônios históricos, artísticos e culturais que residem nessas regiões. Segundo Veiga (2000), o desenvolvimento é um processo complexo, assim, recorreremos a estudos mais detalhados para explicar tais pontos. O lado rural do desenvolvimento pode ser explicado como sendo um espaço rico em atividades seja de lazer, econômico, trabalho, oportunidades e principalmente na busca constante da melhoria da qualidade de vida. Abramovay (2003) cita três aspectos básicos para caracterizar o rural, a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. Para Veiga (2002), o problema de caracterizar o que é rural no Brasil é grave na medida em que se exagera sobremaneira o grau de urbanização em considerar toda a sede do município em cidade, independente de suas características.

O espaço [rural] é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo

o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA, 2001).

Não existe um consenso sobre o que é ser rural, mas existem alguns pontos em comum como; rural não se torna sinônimo de apenas agrícola, o rural é multisetorial e multifuncional, áreas populacionais relativamente baixas e não existe um isolamento entre o rural e o urbano.

Os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: “diversificar e aglutinar”. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirva para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico.

Abramovay (2000), em um de seus trabalhos chamado “O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural”, explicita a diferença entre desenvolvimento e crescimento.

A sustentabilidade de programas rurais leva em considerações um fato muitas vezes de difícil compreensão e análise que é o capital social. Uma vertente do pensamento contemporâneo que leva em consideração fatores até pouco tempo irrelevantes, mas que podem fazer toda a diferença quando se trata de por em prática as ações coordenadas, minimizando as dificuldades. Neste mesmo trabalho, Abramovay ressalta a importância de se desenvolver estudos sobre o desempenho dessas organizações rurais de base, para que se possam identificar casos bem sucedidos, sugerindo a criação de capital social em lugares onde ele não existe, devido a sua importância. É necessário fazer com que o capital social se torne produtivo, sendo uma ferramenta importante no alcance de alguns objetivos antes inalcançáveis. Nesse sentido ele se torna uma resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva. (Putnam, 1996)

A cerca do capital social, Putnam dá um exemplo:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. [...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas (PUTNAM, 1996).

Os territórios rurais, quando bem explorados podem revelar grandes potenciais econômicos, sociais e culturais. Isso, quando o setor é visto como um espaço geográfico capaz de atender a uma série de necessidades, não apenas como detentor do meio agrícola, mas também de serviços. É preciso atentar para a criação e o fortalecimento de práticas que deem o suporte necessário ao desenvolvimento rural.

O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios (ABRAMOVAY, 1998).

O trabalho de Veiga e Abramovay (1999), intitulado “Novas instituições para o desenvolvimento rural”, trata do caso da criação e do fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em todas as suas variantes, tendo em vista seus aspectos mais relevantes ao meio rural, como foi o exemplo da abertura de crédito, que foi um passo muito importante, estabelecendo uma ligação de confiança entre os agricultores e a sistema bancário já que é uma iniciativa reservada aos pequenos agricultores e que contou com uma reserva de investimentos a fundo perdido do tesouro nacional. O programa vem se demonstrando pouco inadimplente, gerando uma dimensão com horizontes públicos, algo ainda não presenciado em nosso país. Gerando o acesso ao crédito bancário a um setor da economia até pouco tempo desacreditado e por outro lado sem que signifique prejuízo ao sistema financeiro nacional.

Um desenvolvimento rural não sustentável pode facilmente resultar na escassez de recursos naturais, seja por meio da sua retirada indiscriminada ou por meio de métodos e tecnologias aplicadas de formas inadequadas, resultando de forma direta nas famílias que vivem, trabalham e dependem do campo para realizar

suas atividades. Já o desenvolvimento rural sustentável é promotor de grandes transformações sociais e econômicas duradouras, além de compreender o ponto de vista dos agricultores e sua melhoria na qualidade de vida, meio esse em que as comunidades quilombolas não estão à parte do processo e sim inseridas, compartilhando dos mesmos problemas, mas unidas pelo elo étnico, racial e cultural.

Acredita-se que os estudos sobre o desenvolvimento rural no Brasil precisam definir a sua própria agenda temática, sobretudo restringir sua amplitude e generalidade. Da forma como está colocada, torna-se difícil reconhecer qual é sua agenda de pesquisa e definir o que são, principalmente, estudos sobre desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2010).

A ONU tentou desenvolver um índice que, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pudesse medir de forma eficiente o desenvolvimento das regiões rurais no Brasil para que políticas públicas fossem elaboradas de forma a ter mais precisão em suas aplicações. O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) é composto da seguinte forma:

População e migração	Bem-estar social
Densidade demográfica	Domicílios com instalação sanitária
Variação da população rural entre 1991 e 2000	Domicílios com telefone
% de população rural em 2000	Anos de estudo das pessoas de 7 anos e mais
% de população que não morou sempre no município (migrantes)	Proporção da população de 7 a 14 anos que frequenta escola
Economia	Meio ambiente
Renda domiciliar per capita	Ausência de monoculturas
Pluriatividade	Conservação do solo
Produtividade do trabalho na agricultura	

Quadro 01: Indicadores utilizados no IDR.

FONTE: Cadernos de Ciência & Tecnologia (2004).

Da forma como está apresentado o quadro, trata-se de uma medida matemática que pode ser modificada de acordo com as necessidades, podendo servir como modelo a ser aplicado em busca de índices de qualidade do desenvolvimento rural.

O modelo tenta minimizar as chances de erros nos programas e maximizar os investimentos feitos nas áreas específicas. Uma vez aplicado da forma correta existe uma pequena margem de erro para que os agricultores façam o uso inadequado do solo e possam desfrutar de uma agricultura sustentável e duradoura.

4.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA

A palavra quilombo é usada para definir um local onde, geralmente, encontravam-se escravos afrodescendentes refugiados, podendo haver também outras minorias presentes nessas localidades. Tradicionalmente essas comunidades se localizavam em pontos de difícil acesso e longe dos grandes centros urbanos, sobrevivendo, principalmente, da agricultura de subsistência de módulo familiar de produção, gerando poucos excedentes (WIKIPÉDIA, 2012).

No Rio Grande do Norte existem poucas comunidades que recebem o título de quilombolas. Muito disto se deve ao fato de que as atividades que dependiam exclusivamente da mão de obra escrava, como o plantio de cana de açúcar, não terem tido para a economia local a importância que teve para outros Estados, onde se concentraram grande número de quilombos.

Atualmente, com o reconhecimento governamental, desde a Constituição Federal de 1988, ficou garantido a essas comunidades, dentre outras coisas, o título de propriedade de suas terras e o acesso a programas e projetos sociais específicos, muitas vezes ligados à questão da sustentabilidade, valorização e preservações de suas tradições, enriquecendo o patrimônio histórico e cultural brasileiro. Apesar das iniciativas do governo, como a agenda social quilombola e o plano nacional de promoção a igualdade racial, ainda falta muito para suprir a demanda e a carência deste segmento social.

Segundo a Associação Brasileira de Antropologia, entende-se por quilombo:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Artigo 68 do ADCT, 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”).

Portanto, cabe aos gestores, de forma clara e objetiva, fomentar o desenvolvimento da sociedade rural, integrando-a ao convívio social. Para tal, faz-se necessário o uso de mecanismos de auto cooperação que nem sempre estão

inseridos na máquina Estatal. É preciso incentivar o povo a debater, planejar e executar ações junto ao governo, para que elas surtam efeitos mais duradouros e benéficos. As organizações não governamentais funcionam como um canal alternativo para que esta participação popular aconteça e, por muitas vezes, fiscalizam e pressionam o Estado a cumprir determinadas obrigações, minimizando os erros das ações estatais. No meio rural, as ONGs são importantes para o desenvolvimento, pois através de parcerias com entidades e com o próprio Estado, levam investimento, educação e conhecimento para a população, principalmente para os que dependem da agricultura família.

4.3 CONTEXTO HISTÓRICO DAS ONGS

No início do século XX, durante o período de guerra e pós-guerra, as populações de alguns países europeus começaram a se organizar, paralelamente ao Estado, a fim de ajudar a reconstruir as cidades atingidas pelo combate e a servir de guardiões dos direitos civis. O termo ONG surgiu em 1946, criado pela ONU para definir organizações da sociedade civil que desempenhavam atividades em prol do povo, mas que não faziam parte do Estado. Desde então, as ONGs se expandiram pelo mundo (TAVARES, 1999).

“Ao longo dos anos 70 e 80, um novo “campo ético-político” foi composto por extensas redes sociais, tecidas em torno de instituições como a Igreja Católica, o ecumenismo secular, a academia científica e uma grande quantidade de ONGs” (DAGNINO; TEIXEIRA, 2000).

Muito do processo de crescimento desse tipo de organização se deve as igrejas católica e protestante, que difundiram o lado social em detrimento ao poder estatal. Entretanto, somente as alas mais progressistas destas igrejas participaram de tal movimento. É o caso das comunidades eclesiais que, com base na teoria da libertação, disseminava através dos padres, freiras e fieis a libertação do indivíduo por meio de ações baseadas no social.

O formato institucional exercido pelas ONGs surgiu no Brasil em 1970, conquistando espaço após vencer o regime militar. Contou com ajuda importante das alas mais progressistas da igreja católica e dos exilados políticos, que retornaram ao

país trazendo grande conhecimento sobre as atividades organizacionais e o modo de trabalhar dos países onde foram abrigados. Todavia, as organizações não governamentais adquiriram notoriedade no cenário político nacional a partir do fim dos anos 80, com o avanço do regime republicano democrático, através da promulgação da Constituição Federal de 1988 (DOIMO, 1995).

Com o processo neoliberal dos anos 90, especialmente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, as ONGs tiveram seu espaço no âmbito político nacional consolidado (PEREIRA *apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 1997), parte das responsabilidades governamentais foi transferida para as organizações, iniciando assim um modelo administrativo que visava minimizar a ideia de participação civil limitada, uma vez que este conceito está em desconforto com a proposta de democratização da CF de 1988. A implementação do novo modelo administrativo, já presente em vários países do mundo, foi chamada de reforma do Estado e tinha como foco a otimização do desempenho estatal (BARRETO *apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 1999).

Reforçando a ideia de que as políticas públicas são fortes ferramentas no desenvolvimento social:

“[...] acreditando que as políticas públicas precisam ser feitas “em parceria” com a sociedade civil, que o conhecimento produzido e acumulado por elas precisa e pode ser socializado” (DAGNINO; TEIXEIRA, 2000).

A partir da reforma do Estado foram realizadas várias privatizações e terceirizações. Ações estas que tinham como objetivo maior diminuir a participação do Estado frente ao mercado e em todas as áreas de atuação. Foi nesse período que o chamado terceiro setor ganhou mais visibilidade e incentivos, para que pudessem corresponder as demandas sociais. Passaram então a atuar ajudando nas formulações das políticas públicas e pressionando o Estado com ações fiscalizadoras (DAGNINO *apud* TEIXEIRA, 2002).

Atualmente estima-se que existam mais de 338 mil ONGs no Brasil (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2004). Tal evolução é representada na Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 – Evolução das entidades constante no Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, em números absolutos e variação percentual Brasil – 1996/2005.

Entidades constantes no CEMPRE	Números absolutos			Variação (%)		
	1996	2002	2005	2002 /1996	2005 /1996	2005 /2002
Total	3 476 826	5 339 694	6 076 940	53,6	74,8	13,8
Entidades Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	211 787	500 155	601 611	136,2	184,1	20,3
Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos - FASFIL	107 332	275 895	338 162	157,0	215,1	22,6
Outras entidades privadas sem fins lucrativos	104 455	224 260	263 449	114,7	152,2	17,5
Empresas e outras organizações	3 265 039	4 839 539	5 475 329	48,2	67,7	13,1

FONTE: IBGE (2005).

4.4 ASPECTOS GERAIS SOBRE UMA ONG

As organizações não governamentais desempenham um número vasto de ações que podem diferenciá-las em muitos aspectos, mas é pelo seu papel comum que são elogiadas e consideradas por muitos como fundamentais ao processo democrático, uma vez que a forma como o povo brasileiro lida com os assuntos públicos é limitada por fatores políticos, históricos e culturais. É nesse ponto que as ONGs ganham força, exercendo o papel de politização em massa, adquirindo simpatia e confiança ao defender interesses comuns e ao estarem perto das populações mais necessitadas.

As vantagens para atuar junto a organizações da sociedade civil seriam a capacidade que elas têm de “chegar às comunidades pobres e zonas remotas sem ter grandes gastos, identificar necessidades locais, incentivar a participação e transferir tecnologia” (GIBBS *et al apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 1999).

A pressão exercida pelas ONGs sobre o Estado é reflexo do fato do processo democrático não ser linear, possuir características de fragmentação e ser altamente contraditório, uma vez que a estrutura estatal ainda possui seu desenho institucional autoritário, pouco intocado e muito resistente a impulsos participativos. Além disso, as inúmeras crises, causadas por diversas denúncias de corrupção, fizeram do congresso nacional uma instituição de pouca credibilidade, aumentando assim a distância representativa entre a sociedade e os partidos políticos. Fato este que

contribui para que as ONGs sejam tidas como porta voz da população (PANFICHI *apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 2000).

Não espera que por obra e graça de algum governante possa acontecer uma mudança se não for por pressão de um militante (...). Até não deveria ser a palavra de um governo, mas, enquanto governo, eu sinto que as coisas só acontecem mesmo quando tem essa pressão, quando tem essa organização (...) (Fala de Ivair Alves dos Santos, Diretor do Departamento de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1999).

As Organizações Não Governamentais contam com uma rede de articulação que ultrapassa os limites geográficos e ganham espaço notório no cenário mundial, através dos diversos canais de mídia (ILSE, 1999). Utilizam ferramentas de comunicação moderna que agilizam e ampliam a participação popular. Costumam conhecer como poucos a realidade local, uma vez que assumiu o papel de Estado em muitas áreas de atuação social, seja por iniciativas próprias ou por outorga do Estado, que lhes destinou tal função social.

Várias ONGs são financiadas por entidades internacionais ou pelo próprio Estado brasileiro, possuindo assim o poder de trabalhar em conformidade com o governo ou de interferir, de maneira muito expressiva nas ações estatais, assumindo o papel de regulador e fiscalizador ou interferindo diretamente na formulação da agenda de governo, uma vez que são grandes conhecedoras das demandas sociais, pois vivenciam de perto as dificuldades e realizam diversos estudos para programar ações de desenvolvimento da qualidade de vida de pessoas que vivem em áreas de vulnerabilidade social (DAGNINO; TEIXEIRA, 2000). O próprio governo, inclusive, recorre as ONGs quando necessitam de alguns estudos, para programar suas políticas (GIBBS *et al apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 1999).

Suas estruturas organizacionais dependem muito de que tipos de área estão atuando ou de qual importância o atual Governo e seus parceiros estão depositando em suas ações. Mas, na maioria dos casos, são comparáveis a grandes organizações e atuam como prestadoras de serviço, com a vantagem de conquistarem a simpatia de muitos e mobilizarem voluntários, que acabam colaborando por entenderem que as ONGs são representantes legais do anseio popular e são instituições sem fins lucrativos.

Essas estruturas organizacionais contaram inicialmente com o apoio internacional, principalmente na área da saúde (como é o exemplo das ONGs que lidam

com a AIDS) e do desenvolvimento social. Mas atualmente, com a crise global e o desenvolvimento da consciência de que é importante se criar elos de interação com os Governos, os entes Internacionais pouco participam das atividades das organizações (PROGRAMA NACIONAL DE DST/AIDS. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1999).

Atualmente diversas ONGs sobrevivem das doações e repasses dos Governos nos três níveis, especialmente do federal. Outras não aceitam esse tipo de envolvimento com o Estado por considerá-lo maléfico ao papel fiscalizador, para o qual foram criadas essas organizações. Seus idealizadores acreditam que recebendo esse tipo de repasse, as ONGs fatalmente terão como consequência a perda da autonomia frente ao Estado. As organizações, que tem este tipo de opinião, são financiadas por integrantes, simpatizantes e associados de cunho político ideológico, como no caso das ONGs ligadas às questões ambientais e ecológicas.

É bem verdade que, por falta de recursos próprios, muitas de suas ações possuem caráter paliativo, pois a demanda sempre é crescente ao ponto de terem que escolher em quais programas vale à pena se gastar o pouco recurso que se tem. Para tal, procuram maximizar a qualidade de seus trabalhos até mesmo por uma questão de concorrência, vital a sobrevivência da organização. O assistente administrativo da ONG CEPAC disse em entrevista, a respeito das dificuldades enfrentadas por eles: “Muitos acham que a falta de recursos é o principal problema, mas tenta conscientizar as pessoas do seu papel social na história, tentando despertar no indivíduo a minimização do individualismo e a valorização da solidariedade é mais difícil...”.

Sobre a política das ONGs e a importância da distribuição de poder participativo, pode-se afirmar:

As políticas das ONGs não tomam como objetivo a transformação geral do sistema, mas sim a distribuição do poder de forma a implementar transformações micro-sociais. A partir de ações coletivas os indivíduos buscam obter melhorias na vida cotidiana, reelaborando condições que não lhes são favoráveis, demonstrando uma capacidade singular de compreender a natureza específica e diferenciada de cada grupo social. Por conseguinte, promovem experiências prosperas com geração de novas técnicas capazes de realizar o bem estar. As práticas coletivas no meio rural, como meio de enfrentamento de situações adversas, tanto esvaziam o caráter paternalista das mudanças como dos avanços no contexto societário. Dessa maneira, a partir da atuação participativa dos indivíduos, os avanços passam a configurar conquistas e não mais concessões dos detentores do poder. Daí a relevância das novas ações sociais como instrumento de construção de uma cidadania qualificada, por ser fruto da conquista e ter como cerne a capacidade de criar padrões de convivência social não

excludentes, mas que promovam e respeitem as diversidades (SILVA; PRIEB, 2006).

A regulamentação dessas entidades é baseada principalmente em leis como a lei das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) N° 9.790/99, lei 9.608/98, conhecida como lei do voluntário, lei 9.637/98, conhecida como a lei das organizações sociais e o decreto 3100/99, que regulamenta a lei N° 9.790/99 e a lei 8.666/1993, que dispõe sobre as licitações e contratos (BOCAYUVA *apud* DAGNINO; TEIXEIRA, 1999).

Existe uma dificuldade de diálogo das ONGs com o Congresso Nacional (poder Executivo), que até o presente momento ainda não conseguiu definir marcos legais para o entendimento jurídico das organizações não governamentais, bem como sua importância para o país e as suas áreas de atuação. Muito embora o tema já tenha sido discutido na casa legislativa, o não entendimento do que seria uma ONG teve um consenso, a formulação do desgaste político em torno do tema que fez com que o projeto de lei fosse posto para momentos futuros, com pouco grau de prioridade legislativa. A produção de leis ao longo da década de 90 em pouco ajudou o arcabouço jurídico, pois criou um ambiente desarmônico sobre o tema (ABONG, 2012).

4.5 A ONG CEPAC

O CEPAC é uma organização não governamental sem fins lucrativos, fundada em 08 de março de 1999, e que atua principalmente na região da grande Natal. Tem seu foco principal na cidade de Macaíba, onde desenvolve diversas atividades em prol dos mais necessitados seja no campo ou nas cidades. Tem como presidente um líder comunitário engajado nas lutas das causas sociais.

A organização foi criada a partir de um ideário desenvolvido em particular pelo padre Amorim, pároco por mais de 20 anos da cidade de Macaíba, que naquela oportunidade trouxe ao cenário local toda uma ideia de luta, principalmente na área dos direitos humanos em prol dos mais carentes.

Os seus trabalhos junto às pastorais sociais fizeram com que muitas pessoas tivessem a oportunidade de conhecer de perto, na prática, o cotidiano das organizações e a maneira de atuar junto ao Estado, hora como colaboradores e por

vezes como fiscalizadores das ações públicas. A igreja católica, por ser uma organização conservadora, fez com que muitos de seus integrantes na localidade sentissem a necessidade de interferir em alguns casos contrários a decisão da entidade religiosa. Em meio a esse cenário, alguns de seus integrantes decidiram fundar uma ONG e pediram orientação ao Ministério Público Estadual, que prontamente os orientou no que foi possível (Texto produzido a partir das entrevistas e visitas realizadas na ONG CEPAC, como também na cooperativa COOPCAP e comunidade quilombola, 2012).

Atualmente a organização possui sede própria cedida por uma das fundadoras da ONG e se localiza no Bairro das Mangueiras, um bairro periférico da cidade de Macaíba, que possui altos níveis de criminalidade. Também possui sede alugada em Natal, para o programa PROVITA, projeto voltado para a segurança pública, que oferece apoio a pessoas ameaçadas de morte. A ONG desenvolve nesta comunidade funções sociais, onde o poder público ainda não foi capaz de suprir ou de atender se quer de forma parcial os anseios da população. A organização possui uma pequena biblioteca e um laboratório de informática, além de projetos como o cine mais cultura, que se encontram disponíveis para toda a comunidade (ibidem, 2012).

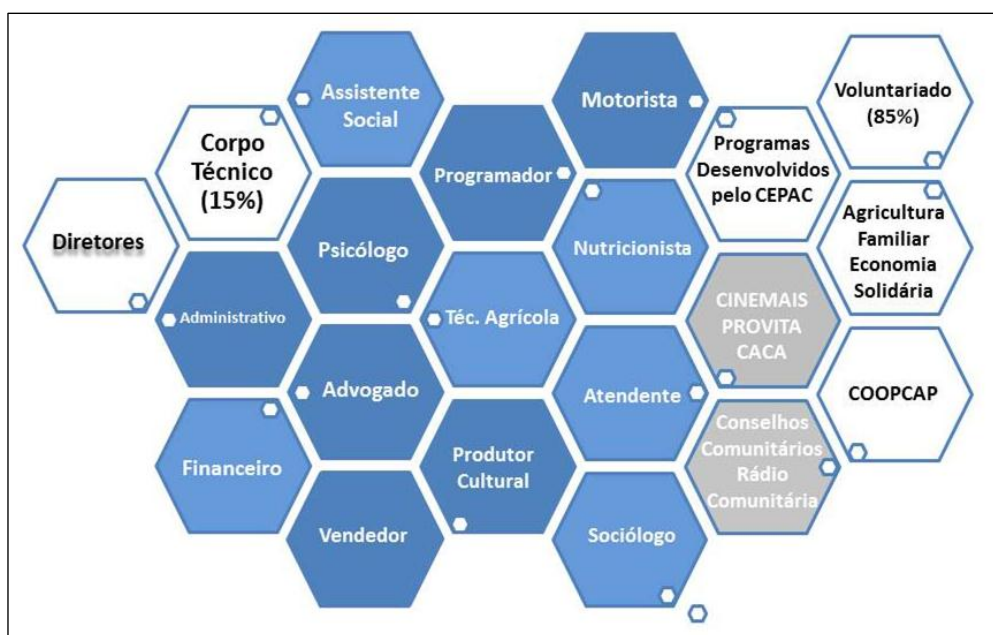


Figura 01: Organograma da ONG CEPAC.
 FONTE: Elaborado pelo autor a partir das informações da entrevista.

Como se pode observar, o quadro que demonstra a organização interna da entidade não segue o padrão hierárquico comumente conhecido quando se trata de estudos relacionados a outros tipos de organização administrativa como empresas com fins lucrativos o que não é o nosso caso. A não hierarquização das funções se dá pelo próprio discurso de igualdade, fraternidade e respeito mútuos. Como já foi dito, o quadro técnico é composto por cerca de 15% do pessoal da ONG e é onde se concentram os maiores problemas relacionados ao material humano por se tratar muitas vezes de um tipo específico de mão de obra qualificada e carga horária rígida para que os projetos consigam ser desempenhados mas, assim como o quadro voluntário também sofre modificações de acordo com editais, linhas de trabalho, necessidades, área de atuação, disponibilidades, parceiros e público alvo.

Existem alguns programas que são 100% desenvolvidos por voluntários como é o caso do cine mais cultura que levam filmes e diversão a crianças carentes em locais afastados, periféricos ou de difícil acesso. No caso da COOPCAP se fez necessário alguns técnicos específicos como o técnico agrícola que foi remunerado através de uma parceria com a Petrobras em seu Programa Desenvolvimento e Cidadania. Seus diretores são escolhidos por voto direto e livre entre seus membros e são eleitos para um cargo de dois anos, realizam reuniões mensais podendo haver reuniões extraordinárias para tratar de casos que venham a demandar tal necessidade como por programas específicos. Atualmente a organização não governamental necessita ampliar ainda mais seu quadro de voluntários e técnicos para que possa dar suporte aos programas já existentes e outros que deixam de ser implantados por falta de pessoal engajado nas lutas sociais.

Na área rural a CEPAC desenvolve, de forma muito bem aplicada, a feira da economia solidária junto com o fundo rotativo solidário, e ajuda a população local a se organizar e se desenvolver, como foi no caso da criação de uma cooperativa de beneficiamento de mandioca e seus derivados, a COOPCAP, no distrito rural de Capoeiras. A ONG atua de forma inovadora e talvez única no Estado, como uma rádio rural com alcance em seis comunidades rurais e com pretensões de ampliar a área de frequência assim que possível, levando à população informações sobre reuniões, saúde, política, e outros interesses sociais (ibidem, 2012).

O responsável pelo apoio administrativo e financeiro da ONG disse, durante uma entrevista feita, sobre o motivo que tornou o projeto modelo:

[...] Conseguimos agregar à agricultura familiar a economia solidária... Esse projeto foi o único desse modelo que teve êxito na região e até mesmo no Estado (...) e conta com o apoio do programa Desenvolvimento e Cidadania, da Petrobrás, que nos assegura recursos via projetos (...). O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste já nos visitaram, além de alguns colégios, graças ao nosso caso bem sucedido, ainda mais por se tratar de uma comunidade quilombola, algo pouco visto no nosso Estado.

A ONG conta com o trabalho voluntário, em todos os programas, mas também existe o trabalho remunerado, em áreas onde se faz necessário a atuação mais profissional. Possui além da sede, um carro e uma moto mais os equipamentos de multimídia e computadores; realizam reuniões mensais e extraordinárias, de acordo com as necessidades apresentadas. Tem em seu quadro um professor de filosofia preocupado com as causas sociais, mais especificamente em garantir a plenitude do ser humano, e que destina boa parte do seu tempo à prestação de serviço à ONG. Atualmente ele se encontra como apoio administrativo e financeiro da organização. Perguntado sobre a importância das doações governamentais e sua importância para a entidade foi plausível em afirmar que são de grande importância, mas que a entidade não sobrevive desses repasses, até por que são irregulares e muitos deles possuem atrasos na liberação, o que quebraria qualquer relação patronal de prestação de serviço, que não fosse de caráter voluntário. Ele aponta a falta de recursos financeiros como um dos grandes problemas para manter a ONG, mas diz que o principal problema está na pouca conscientização do papel do ser social, e tem como uma de suas principais bandeiras de luta a vontade de despertar na pessoa humana o caráter solidário (ibidem, 2012).

O trabalho da ONG com a comunidade de Capoeiras, objeto deste estudo, começou em meados do ano de 2008, quando líderes comunitários procuraram apoio da instituição para que se formalizasse ou desse início ao pedido do título definitivo de comunidade quilombola junto ao INCRA, na busca pela posse definitiva de suas terras, conforme determina o decreto nº 4.887, de novembro de 2003. Nesse período foi criada a cooperativa como forma de dar sustentabilidade às ações desenvolvidas pela CEPAC. O fato de serem quilombolas e de existirem poucas comunidades no Estado com esse título, de certa forma facilitou o trabalho na busca por investimentos do governo federal e de parcerias. Até então a ONG não tinha experiência no trabalho com comunidades quilombolas, apesar de desenvolver outras atividades no meio rural.

Algo que chama atenção, ao observarmos o trabalho da ONG, é a bem sucedida feira da economia solidária, pensada de forma a agregar, através de um termo de cooperação, envolvendo o Ministério Público, a prefeitura de Macaíba, a ONG CEPAC com os produtores. A ONG também se destaca por ser uma das poucas que auxilia a criação de novas entidades, como por exemplo, a associação de dialetos, a associação de apoio à criança e ao adolescente, a associação de proteção aos animais e os conselhos comunitários de bairros.

Atualmente, a ONG é procurada por outros municípios para desenvolver algumas dessas atividades de organização comunitária, mas afirma encontrar-se impossibilitada de atender a todas as demandas, pois já desenvolve inúmeras atividades e seu quadro de voluntários já possui uma carga considerável de trabalho. Como optou por não idealizar projetos, programas ou atividades contando com um quadro de funcionários remunerado, a entidade abre mão de desenvolver e ampliar sua influência social em prol do bom trabalho prestado naquilo que se propõem. Deixa de participar de editais importantes, mas afirma que só deve ampliar suas ações caso aumente o número de voluntários que se dediquem ao trabalho e a filosofia desenvolvida pela entidade, pois foi com essa filosofia que foi criada a organização não governamental e que na avaliação dos entes voluntários que ofertam seu conhecimento e tempo disponível e das pessoas atendidas pelos programas desenvolvidos pela ONG, se deve pautar sempre na busca por novos parceiros voluntariados que desenvolvam com foco, o senso de solidariedade proposto pela entidade (ibidem, 2012).

4.6 APOIO DA ONG À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

A ONG CEPAC desenvolve um trabalho de apoio a famílias pertencentes a uma comunidade rural quilombola, que sobrevivem principalmente das atividades agrícolas. Foi devido à fragilidade para produzir e comercializar seus produtos, juntamente com a baixa rentabilidade do que era produzido, que fez com que a comunidade apresentasse um quadro de vulnerabilidade social. É nesse contexto de pouca ajuda Governamental e de uma necessidade de resposta rápida que a CEPAC resolveu participar e em 2008 ajudou a criar COOPCAP (cooperativa de

beneficiamento de capoeiras), que tem como principal objetivo fortalecer o sistema cooperativista para que os seus associados possam competir com o mercado produtor, além de extinguir a participação da figura do atravessador, que normalmente dita às regras do jogo, diminuindo a margem de lucro dos produtores rurais (texto produzido a partir de entrevistas e visitas a campo, 2012).

Ao longo dos anos e da consolidação da cooperativa (COOPCAP), que conta com 23 famílias associadas, presidida por um senhor morador da localidade - onde trabalham em média 03 dias por semana na produção de farinha de mandioca e de seus derivados, além de assegurar toda a compra do plantio da mandioca que é cultivada em aproximadamente 884 hectares, a CEPAC também desenvolveu oficinas que ensinaram a aproveitar todo o ciclo da mandioca, onde antes apenas se produzia farinha hoje se produz bolos, beiju, raiva, biscoitos, sequilhos, grude, dentre outros, juntamente com seu manejo através de um técnico agrícola. Por meio de projetos, a cooperativa conseguiu alguns parceiros importantes. Um deles foi a Petrobrás, através do programa desenvolvimento e cidadania que além de assegurar os recursos via projeto para a obra da construção da parte estrutural da casa de farinha, também se fez presente na compra de todo o maquinário utilizado na cooperativa e em um segundo momento doou um caminhão para que a logística de transporte de seus produtos tivesse uma maior eficiência (ibidem, 2012).

Vale ressaltar que esse projeto da maneira como está concebido, agregando a agricultura familiar à economia solidaria através do sistema cooperativista pode ser considerado um projeto modelo por ter se tornado a única casa de farinha cooperada que deu certo, uma vez que todas as outras casas de farinha foram privatizadas ou tiveram de fechar por falta de conhecimento técnico, fonte financiadora e apoio governamental. O Banco do Brasil a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste já visitaram o projeto o que comprova a afirmativa de que ele tem se tornado um modelo sustentável de produção, e que só foi possível graças ao apoio técnico oferecido pela ONG/CEPAC (ibidem, 2012).

Ficou evidente, tanto na entrevista como nas visitas, que o apoio Governamental não existiu em nenhuma das esferas, principalmente na Municipal, onde se esperava um maior empenho. O papel do INCRA também foi contestado por não atender as necessidades existentes e o presidente da COOCAP, ainda reiterou que o órgão sofre com burocracias e atividades muito conservadoras, avessas ao tipo de trabalho proposto pelo sistema cooperativista e pouco tem a lhes oferecer.

Declarou não acreditar em um futuro promissor, caso fossem orientados pelo INCRA. Disse ele: “(...) o INCRA padece do conservadorismo maléfico ao tipo de trabalho proposto pela cooperativa. Eles têm muito pouco a nos oferecer. Se fossemos depender do INCRA não teríamos chegado onde chegamos”.

A cooperativa não utiliza os 100% de sua capacidade de produção, mas aos poucos estão aumentando o total produzido mensalmente na linha de produção. Estão preocupados em agregar valor aos produtos por isso estão se dedicando mais a cursos de aperfeiçoamento e qualidade dos alimentos. Está em fase de implantação o sistema de nota fiscal da venda de seus produtos, o que os habilita a participar de processos licitatórios e outros tipos de benefícios como linhas de empréstimo financeiro. Atualmente, aguardam pela liberação de recursos do Ministério das Comunicações para implantação de sua central digital, o local já está em fase de conclusão, mesmo assim, já estão comercializando com supermercados e com o (programa de aquisição de alimentos) PAA do Governo Federal e pelo compra direta da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimentos) (ibidem, 2012).

Sobre a atuação da ONG, foi possível perceber através de algumas perguntas direcionadas as famílias beneficiadas que de fato elas acreditam ser de grande importância sua atuação, pois caso o trabalho não tivesse sido desenvolvido estariam em uma situação menos favorável ao que se encontram hoje, vale ressaltar que além da ajuda para o plantio a cooperativa também assegura a compra de toda a produção de seus membros, além da repartição dos lucros no pós venda de seus produtos.

Após visitas, entrevistas e análises pessoais, foi possível depreender a viabilidade desse formato de produção, mas, esse caso em específico que se tornou bem sucedido só foi possível graças à parceria da ONG com a cooperativa, estreitando os relacionamentos e ajudando sempre que possível. Ambos os lados envolvidos demonstraram satisfação com o resultado e acham que muita coisa ainda pode ser aprimorada. Mas já se dão por satisfeitos com o que conseguiram até o presente momento, algo impensável até pouco tempo.

4.7 REALIDADE DA COMUNIDADE DE CAPOEIRAS-MACAÍBA/ RN

O projeto de agroindústria de beneficiamento de mandioca de capoeiras, desenvolvido pela parceria entre a CEPAC e a comunidade, é considerado pela população um passo importante em termos de trabalho e de geração de renda, apesar de saberem que é um projeto ainda carente de melhorias.

Foi relatada pela população a falta de equipamentos de irrigação, para que a cooperativa não passe boa parte do ano operando de forma mínima. A falta de um trator também é sentida, uma vez que com ele haveria uma maior agilidade no plantio e na colheita.

Sobre o questionamento sobre o aspecto das políticas públicas as quais a comunidade tem acesso, foi revelado que a população é beneficiada apenas por programas sociais, como o bolsa família, do governo federal e outros programas assistencialistas, que não contemplam todos que precisam. A nível estadual e municipal, a população se sente esquecidos ou pouco assistidos.

Os populares relatam também que os gestores locais não ofertam nenhum tipo de serviço com qualidade, e reclamam especialmente da ausência de investimentos na segurança pública, do posto de saúde que não funciona regularmente e é o único da localidade, da educação, que só assiste crianças até a 5ª série do ensino fundamental e tem ainda a ausência de transporte público para levar as crianças para a escola e a ausência de professores na mesma.

A organização política e partidária pouco ajuda no que diz respeito a produzir algo coletivo, por isso a atuação da ONG com reuniões mensais, sem a figura política dos vereadores, secretários ou do próprio prefeito, tem sido muito importante para que a cooperativa venha dando certo.

No geral, os cooperados acham a ONG uma ferramenta importante para o desenvolvimento rural e estão satisfeitos com a sua atuação, embora sejam cientes de que é preciso, e possível, se fazer muito mais, inclusive em outras áreas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de trazer a realidade, principalmente do gestor, uma maneira de se planejar e executar ações de desenvolvimento social, neste caso ligado ao desenvolvimento rural de uma comunidade quilombola, através de

parcerias, fugindo por hora ao modelo clássico de planejamento e execução de políticas públicas, ligada apenas ao setor governamental, sem que outros agentes envolvidos nessas políticas possam participar de forma efetiva.

Com isso, foi desenvolvido, de forma simples, um conteúdo que possibilita ao leitor desfrutar dos aspectos importantes que norteiam o universo das organizações não governamentais e, em específico, das comunidades rurais bem como sua importância para que as tristes realidades desses povos possam ser mudadas.

O estudo procurou ajudar no entendimento de que se podem fazer políticas públicas específicas e que existem alternativas viáveis que não dependem exclusivamente da esfera governamental. Neste caso fica claro que a ONG em questão desenvolve um trabalho muito importante para aquela comunidade e que iguais a ela existem milhares espalhadas por todo o Brasil e que carecem das mesmas necessidades. Também ficou evidente que a mudança que vem ocorrendo é fruto da união entre a ONG, a sociedade e os parceiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVOY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Texto Número 641, Ipea, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviços públicos: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciências & Tecnologias**, vol. 15, n. 01, p. 132-152, jan.-abr. 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Antropologia (ABA). **Artigo 68 do ADCT**. 1994. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ONGs. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 03 ago. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA e Administração da Educação. Disponível em: <www.anpae.org.br>. Acesso em: 03 ago. 2012.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização. **Revista Brasiliense de Ciências Sociais**, 28, 1995.

BENJAMIM, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós**: história e cultura afro-brasileira. João Pessoa: Grafset, 2004.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História do Brasil**: colônia e republica para a educação de jovens e adultos (EJA). São Paulo: FTD, 2001.

CADERNOS DE CIÊNCIA & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

CEPAC MACAÍBA. Disponível em: <www.cepacdemacaiba.blogspot.com>. Acesso em: 05 jun. 2012.

DAGNINO, Evelina (Org.). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2000.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2012.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa (AS-PTA). Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Seropédica: UFRJ, 2004.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular** – movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, n. 58. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ, 1993.

_____. **Ações em sociedade, militância, caridade e assistência etc.** Rio de Janeiro: Nau, 1998.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 15 set. 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUILOMBOLA. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras, ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política** 30, 2010.

SILVA, Maria Erondina Silveira da; PRIEB, Rita Inês Pauli. **As organizações não governamentais (ONGS) promotoras de desenvolvimento rural sustentável**. UFSM, 2006.

TEIXEIRA, A. C. C. **Identidades em construção: as organizações não governamentais no processo brasileiro de democratização**. Departamento de Ciência Política, Unicamp, 2000.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.